

Diplomacia

# Embaixada demite brasileiros após vídeo de Bolsonaro

**Funcionários deixam a representação diplomática húngara, onde ex-presidente se hospedou depois de ser alvo de operação da PF**

FELIPE FRAZÃO  
BRASÍLIA

A Embaixada da Hungria no Brasil demitiu nesta semana dois funcionários brasileiros.

Os desligamentos ocorreram após a divulgação de imagens do circuito interno da sede de representação diplomática, em Brasília, em que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) aparece no local, em fevereiro.

As demissões foram reveladas pela CNN Brasil e confirmadas pelo **Estadão**, ontem. Procurada pela reportagem, a embaixada húngara no Brasil não se manifestou.

Imagens divulgadas pelo jornal americano *The New York Ti-*

*mes*, em 25 de março, mostram que Bolsonaro se hospedou na embaixada húngara entre 12 e 14 de fevereiro – dias após o ex-presidente e aliados dele terem sido alvo da Operação Tempus Veritatis, deflagrada pela Polícia Federal no dia 8 daquele mês. Quatro dias antes, ele havia entregado o passaporte à Justiça.

O espaço físico de uma embaixada é considerado território inviolável do país de origem. Ou seja, se a Justiça expedisse um mandado de prisão preventiva contra o ex-presidente, a decisão não poderia ser cumprida por ele estar em embaixada internacional. A permanência de Bolsonaro na embaixada virou alvo da PF. A Hungria é comandada pelo premiê Viktor Orbán, um dos aliados da política externa da gestão do ex-presidente.

Bolsonaro chegou à Embaixada da Hungria, no dia 12, cerca de uma hora depois de pos-  
tar um vídeo convocando para o ato na Avenida Paulista – o evento foi realizado em São Paulo no dia 25 de fevereiro e reuniu milhares de apoiadores do ex-presidente.

**Justificativa**  
**Bolsonaro foi à embaixada para 'manter contatos' com autoridades da Hungria, disse defesa**

**'CONTATOS'.** Em nota, a defesa do ex-presidente confirmou que ele ficou hospedado na embaixada húngara, mas disse que a visita foi destinada a “manter contatos com autoridades do país”. Bolsonaro foi convocado a prestar esclarecimentos sobre o caso ao Supremo Tribunal Federal (STF) e

negou que a visita tenha sido uma forma de estar fora do alcance da Justiça nacional.

“Não há razões mínimas nem mesmo cenário jurídico a justificar que se suponha algum tipo de movimento voltado a obter asilo em uma embaixada estrangeira ou que indiquem intenção de evadir-se das autoridades legais ou obstruir, de qualquer forma, a aplicação da lei penal”, disse a defesa de Bolsonaro ao Supremo.

Após a divulgação das imagens pelo jornal americano, o ex-presidente declarou que frequenta sedes diplomáticas de outros países no Brasil. “Converso com embaixadores. Não tenho o passaporte, está detido. Muitas vezes esses chefes ligam para que eu possa prestar informações precisas sobre o que acontece no Brasil”, declarou Bolsonaro. ●

**É AMANHÃ!**

# LEILÃO ONLINE DE MATERIAIS



**05/04**  
**ONLINE**  
**15H00**

MAIS DE 140 OPORTUNIDADES APPLE: MONITORES LED CINEMA, IMACS E MACS PRO



**MONITOR LED CINEMA  
DISPLAY 27" APPLE A1316**



**MAC PRO  
APPLE A1289**



**IMAC APPLE 27"  
A1419**



**SODRÉ SANTORO**  
@SODRESANTORO  
LEILAOSODRESANTORO  
(11) 2464-6464  
(11) 97777-1244  
[WWW.SODRESANTORO.COM.BR](http://WWW.SODRESANTORO.COM.BR)  
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



**SODRÉ SANTORO**  
*45 anos*  
Otávio Leuro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607

Ditadura

## Conselho reabre apuração sobre caso Rubens Paiva

Arquivada em 1971, a apuração sobre a prisão, tortura, morte e desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva foi reaberta anteontem pelo Conselho

Nacional de Direitos Humanos. O conselho tem atribuição para ouvir testemunhas, requisitar documentos, fazer audiências e produzir re-

latórios propondo sanções, caso constate violações aos direitos humanos.

No âmbito da Justiça, o caso permanece indefinido. O Mi-

nistério Público Federal chegou a denunciar em 2014 cinco militares pelo crime. O caso foi paralisado por liminar do Supremo Tribunal Federal, após a denúncia ser aceita pela 1.ª instância e confirmada pela 2.ª instância da Justiça Federal. Os acusados alegam que os

crimes estão abrangidos pela Lei de Anistia, de 1979. Nenhum deles foi punido.

O caso Rubens Paiva foi um dos mais emblemáticos de violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964-1985). Ele foi morto em 1971. ●

MARCELO GODOY